

Capitalismo, religião e as liturgias do consumo

Capitalism, religion and the consumer liturgies

Tiago de Melo NOVAIS¹

 0000-0002-0652-5006

Resumo

Este artigo discute a temática do capitalismo como religião através do diálogo entre duas abordagens, a saber, a da crítica ao capitalismo realizada pela Teologia da Libertação Latino-Americana e a da crítica às liturgias do capitalismo desenvolvida pela teologia filosófica de recorte evangélico de James K. A. Smith. Utilizando uma metodologia exploratória e fontes exclusivamente bibliográficas, o artigo tem como objetivo compreender as dinâmicas sociais de natureza religiosa presentes nas sociedades de mercado. Para isso, explora, em primeiro lugar, os fundamentos conceituais da noção do capitalismo como religião por meio de Walter Benjamin, a estrutura mítica do capitalismo segundo a Teologia da Libertação e alguns desdobramentos contemporâneos desenvolvidos por Jung Mo Sung. Em seguida, apresenta a proposta antropológica de James K. A. Smith, o qual, influenciado por Agostinho, entende o ser humano como animal litúrgico (*homo liturgicus*), formado a partir da ordenação dos seus afetos, oferecendo a esta discussão uma crítica ao capitalismo como força (de)formadora de indivíduos em sociedades de consumo. Portanto, ao propor uma aproximação das duas críticas ao capitalismo, o artigo pretende ser uma contribuição para que as Ciências da Religião e Teologia possam enriquecer seus quadros conceituais, que servem de análise dos fenômenos sociais contemporâneos.

Palavras-chave: Animais litúrgicos. Capitalismo como religião. Liturgias do consumo. Teologia da libertação.

Abstract

*In this paper we address the subject of capitalism as religion through a dialogue between two frameworks, namely the critique of capitalism by Latin American Liberation Theology and the critique of the liturgies of capitalism developed by the evangelical philosophical theology of James K. A. Smith. Using an exploratory methodology and exclusively bibliographical sources, the article aims at understanding the capitalist social dynamics of a religious nature present in market societies. To this purpose, we explore, first, the conceptual foundations of the notion of capitalism as religion by Walter Benjamin, the mythical structure of capitalism according to Liberation Theology, and some contemporary developments developed by Jung Mo Sung. Following this, we present the anthropological proposal of James K. A. Smith, who, influenced by Augustine, understands the human being as a liturgical animal (*homo liturgicus*), formed from the ordering of his affections, offering to the present discussion a critique of capitalism as a (de)formative force of individuals in consumer societies. Therefore, by proposing an approximation of the two critiques of capitalism, the article intends to be a contribution for the Sciences of Religion and Theology to enrich their conceptual frameworks that are used to analyze contemporary social phenomena.*

Keywords: Liturgical animals. Capitalism as religion. Consumer liturgies. Liberation theology.

¹ Universidade Metodista de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. R. Alfeu Tavares, 149, Rudge Ramos, 09641-000, São Bernardo do Campo, SP, Brasil. E-mail: <tiago-melo@hotmail.com.br>.

Introdução

É senso comum que o mundo contemporâneo experimenta um estilo de vida dominado pelo consumo e pela (quase) onipresença do mercado, seja por meio das propagandas, da influência de pessoas com grande visibilidade ou do entretenimento. Em contrapartida, não é de conhecimento geral que haja uma natureza religiosa no mercado, sobretudo em sociedades de mercado, nas quais a lógica da economia do mercado capitalista se tornou a norma das relações sociais.

No presente artigo, desejamos explorar o tema do capitalismo como religião, a fim de compreender como as dinâmicas e práticas sociais atribuem um valor religioso para o capitalismo. Para isso, realizaremos uma aproximação teórica entre duas propostas distintas em seus fundamentos, mas compatíveis no que se refere à crítica ao capitalismo. A primeira é a Teologia da Libertação Latino-Americana, principalmente através das obras do teólogo Jung Mo Sung, porém dialogando com outros autores e obras. A segunda é a filosofia e teologia de cunho evangelical desenvolvida pelo filósofo James K. A. Smith.

Para fins de delimitação metodológica, pode-se dizer que o texto a seguir utilizou, exclusivamente, fontes bibliográficas e possui um objetivo exploratório. Portanto, não temos a pretensão de lidar com dados de pesquisas ou documentos históricos que tornem os resultados do artigo análises conjunturais, e sim tão somente oferecer uma contribuição teórica às Ciências da Religião e Teologia com a aproximação dos dois esforços teóricos apresentados acima.

Capitalismo como religião: fundamentos conceituais

Dentre os empreendimentos que realizaram uma crítica ao capitalismo, destacamos o conhecido fragmento do filósofo alemão Walter Benjamin, intitulado *O capitalismo como religião*. No texto, Benjamin inaugura uma percepção que seria, ao mesmo tempo, disruptiva e frutífera: o capitalismo pode ser melhor compreendido como um fenômeno de força religiosa, o qual toma a forma e a estrutura que antes pertenciam exclusivamente às grandes religiões do mundo. Nas suas palavras, “O capitalismo deve ser visto como uma religião, isto é, o capitalismo está essencialmente a serviço da resolução das mesmas preocupações, aflições e inquietações a que outrora as assim chamadas religiões quiseram oferecer resposta” (Benjamin, 2013, *online*).

Para fundamentar a proposta, Benjamin oferece quatro elementos que fazem parte da estrutura religiosa do capitalismo. Em primeiro lugar, o capitalismo é uma religião cultual, em que as coisas recebem um significado religioso apenas a partir da relação cültica, e não através de elaborações teológicas. Na verdade, a religião capitalista é “[...] desprovida de dogmática” (Benjamin, 2013, *online*). Isto é, diferente de outras formas religiosas, as quais contam com o desenvolvimento de teologias para oferecer significado coerente (em sua lógica interna) às coisas, o capitalismo não desenvolve teoria religiosa, pois sua significação ocorre na ação do culto.

Em segundo lugar, o culto do capitalismo é ininterrupto, de maneira que nenhum dia pode ser tido como “normal” – em oposição aos dias “sagrados” – e, por isso, são todos festivos e se constituem como tempo adequado de culto. Resulta daí que o capitalismo exige do seu adorador uma dedicação permanente e um desempenho extremo (Benjamin, 2013).

Em terceiro lugar, no lugar da expiação, o culto capitalista resulta em culpa para o seu adepto. De fato, Benjamin considera que “[...] o capitalismo presumivelmente é o primeiro caso de culto não expiatório,

mas culpabilizador” (Benjamin, 2013, *online*). Como consequência, um culto que não oferece meios de expiação capazes de aliviar a culpa geram, no lugar da expiação, uma universalização e perpetuação da culpa. De modo contrário a outras expressões religiosas, a religião capitalista não deseja provocar uma melhoria dos seus adeptos (a “reforma do ser”), “[...] mas seu esfacelamento”, colocando-os em situação de pleno desespero” (Benjamin, 2013, *online*).

Em último lugar, Benjamin afirma que a religião capitalista realiza um ocultamento da sua divindade. Em detrimento da transcendência de Deus, o qual podia representar a esperança para a expiação da culpa do culto capitalista, a divindade da religião capitalista se oculta, a não ser na invocação do seu culto culpabilizante (Benjamin, 2013). Assim, o dinheiro, deus do capitalismo, aparece aos seus adoradores somente à medida que o culto é desempenhado.

Em certo sentido, a visão de Benjamin acerca do capitalismo foi disruptiva e frutífera. Foi disruptiva, pois Benjamin via no capitalismo uma extrapolação da sua forma original: o sistema econômico tornou-se religião. Foi frutífera, pois, a partir do fragmento, publicado na década de 1980, outras correntes intelectuais adotaram a terminologia benjaminiana a fim de desenvolver a intuição deixada em formato de notas inacabadas. Este é o caso de uma tradição teológica que estava rapidamente sendo formada, no início da década de 1970, no interior da religião cristã da América Latina: a Teologia da Libertação Latino-Americana (TLLA).

Localizada na interface entre Teologia, Economia e Ciências Sociais, a TLLA já realizava críticas teológicas ao capitalismo, com sentido semelhante, antes mesmo da publicação do texto de Benjamin. Em nome da “opção pelo pobre” (concepção que afirma a preferência bíblica de Deus pelos pobres e oprimidos), a TLLA utilizou-se da mediação socioanalítica das Ciências Sociais (em especial em sua veia marxista) para desvelar a face “fetichizada” do mercado, isto é, a absolutização² da mercadoria gerada a partir do capitalismo.

Desse modo, denunciava-se, na TLLA, desde o início, com o precursor Gustavo Gutiérrez, até os dias atuais, a *idolatria* proveniente do capitalismo (Sung, 2008). Decorre daí que a compreensão do capitalismo como religião tem sido compartilhada com algumas correntes teológicas, como a TLLA, em paralelo com a publicação do fragmento de Benjamin. Ademais, a obra *Idolatria do mercado*, escrita por Hugo Assman e Franz Hinkelammert, pode ser considerada uma das mais importantes contribuições da Teologia da Libertação para o tema do capitalismo como religião.

A Modernidade e o capitalismo

No prefácio da obra *Teologia e Economia*, Sung (2008, p. 7) faz a seguinte afirmação:

Nos tempos antigos, a idolatria era expressa quase somente através da religião, porque esta era central na vida dessas comunidades. Hoje, entretanto, a religião deixou de ser o centro da vida social, que passou a ser ocupado, no capitalismo, pela economia. Tudo ou quase tudo gira em torno da economia e se justifica em termos econômicos. O valor da vida de uma pessoa é medida em termos de seu sucesso econômico.

² O termo “fetichismo de mercadoria” é cunhado por Marx ao criticar o processo de naturalização da mercadoria, pois o capitalismo dá a ela um valor que não se baseia nos processos de produção e no valor da mão de obra, mas que, excedendo-os, dá “vida própria” ao produto. Sobre o termo “fetichismo de mercado”, é a terminologia intercambiável com *idolatria* no contexto da TLLA para denominar a absolutização do mercado. Ademais, Sung (2008, p. 205) afirma que há nuances que ultrapassam até mesmo a mera absolutização do mercado: “Um primeiro ponto que precisa ser explicitado é que a *idolatria* não constitui numa simples absolutização de um ente. A absolutização de um objeto ou de uma pessoa é mediação da absolutização de um horizonte de compreensão e de uma totalidade social”.

A comparação do mundo antigo com o mundo contemporâneo é de grande auxílio para justificar a possibilidade de interpretar o capitalismo como uma religião, pois só se pode entender o papel religioso desempenhado pelo capitalismo se, antes, entendermos que, com o advento da Modernidade, as religiões formais perderam o seu espaço privilegiado de *fonte de sentido* da vida humana.

No processo de desenvolvimento da Modernidade, passando pelo Iluminismo e em especial no Positivismo, consolida-se um tipo de compreensão racional da vida que se propõe superar em um processo evolutivo de desenvolvimento todo e qualquer aspecto da mentalidade religiosa e mítica considerada resquício de uma forma de viver já superada. Desse modo, todo tipo de pensamento que articula linguagem religiosa ou uma dimensão teológica teria sua relevância limitada à vida privada e às opções pessoais, de pessoas que “ainda” consideram tal dimensão (Coelho; Sung, 2019, p. 659).

O espaço deixado pelo esvaziamento da mentalidade mágica, “encantada”, nos termos de Max Weber, antes ocupado pelas religiões, foi recuperado pelo desenvolvimento de uma compreensão racionalizada e desencantada da vida humana e do mundo. O espaço é ocupado com o desenvolvimento do capitalismo, uma força social que oferece um novo sentido à vida a partir da lógica racionalizada da lucratividade e do amor ao dinheiro. É nesse sentido que Coelho e Sung (2019, p. 662) afirmam que, “[...] no mundo moderno, o espírito que mobiliza e propõe sentido à ação humana se expressaria não mais nas tradicionais instituições religiosas, mas no próprio capitalismo”.

Isso, no entanto, ainda não esclarece a lógica religiosa própria do capitalismo, ou, em outros termos, não deixa explícita qual é a “estrutura mítica” do capitalismo. Novamente com Sung, evidenciaremos do que se trata a afirmação, complementar à ideia inicial do capitalismo como religião, de que o capitalismo possui uma estrutura mítica própria da Modernidade.

A estrutura mítica do capitalismo e suas mudanças

Ao se referir ao mito, ou simplesmente estrutura mítica, para definir o capitalismo, Sung tem em mente as noções de “razão instrumental” e “razão mítica” elaboradas pelo alemão Franz Hinkelammert no interior da Teologia da Libertação, com referências kantianas. *Grosso modo*, ambas as noções surgem como resposta à forma como a Modernidade dispensou a necessidade de um “quadro mítico” para refletir sobre a finalidade da vida humana, da sociedade e da realidade – quadro oferecido principalmente pelas religiões no mundo pré-moderno (Sung, 2018). Em seu lugar, o desenvolvimento e o protagonismo das ciências, sobretudo das *hard sciences*, fazem florescer uma razão instrumental, isto é, um tipo de racionalidade utilizada para criar critérios práticos que se restrinjam à relação meio-fim, não mais servindo ao propósito de pensar a vida humana e as relações sociais (Sung, 2018).

Entretanto, não é isso que ocorre. Na verdade, embora a tentativa de esvaziamento de uma teleologia mítica seja a marca da suposta neutralidade da razão moderna, os pressupostos apriorísticos (míticos) não podem ser descartados, pois são a estrutura sob a qual se estabelece a própria razão instrumental. Afinal, até mesmo a relação meio-fim pressupõe um juízo mítico. Como exemplo, Sung (2018, p. 47)

relembra o episódio da primeira corrida espacial, que ilustra a inevitabilidade do quadro mítico na razão instrumental:

O desafio de calcular os meios mais eficientes para colocar em órbita um foguete [relação meio-fim], na verdade, já pressupõe um quadro mítico que dá a esse objetivo sentido e valor social. Quando, por exemplo, o presidente Kennedy, dos Estados Unidos, lançou o desafio de colocar o homem na lua em dez anos, esses desafios, com tudo o que implicava em custos de recursos humanos e econômicos, teve aceitação e apoio do povo norte-americano, porque tinha sentido e valor para a consciência social da época.

Para explicar o motivo pelo qual a razão instrumental pressupõe um quadro mítico, Sung utiliza o termo de Hinkelammert, razão mítica: um tipo de lógica pré-teórica que possui uma inteligibilidade própria, capaz de oferecer uma coerência interna que fundamenta os sistemas propriamente racionais, incluindo a razão instrumental (Sung, 2018). Portanto, é nesse sentido que o capitalismo possui uma estrutura mítica por trás dos critérios práticos, das relações sociais e até mesmo da percepção subjetiva do mundo, o que permite a Sung expor a seguinte hipótese:

A nossa hipótese é que o próprio sistema de mercado capitalista se constituiu como uma estrutura religiosa, funciona como uma religião e se autofundamentada. Em outras palavras, o que possibilita a estabilidade de sentido, de valores e de funcionamento desse sistema instável e evolutivo por sua própria lógica, é a fé no mercado e na sua promessa (Sung, 2020, p. 116).

Mas é preciso ver como o capitalismo tem sofrido mudanças. Sung destaca alguns pontos que diferenciam o capitalismo da década de 1970 (no início da TLLA) e o da década de 2010 (em que escreve o texto mencionado):

(a) a economia capitalista era pensada em termos nacionais e regionais, e hoje em termos de globalização; (b) a partir da década de 1980, tivemos uma revolução tecnológica (nas áreas de informática, biotecnologia e sistema de comunicação e transporte) que modificou não somente o modo como as indústrias trabalham e a dinâmica do mercado consumidor, mas até mesmo as relações sociais e a própria noção de realidade com a criação de 'redes sociais' e 'realidade virtual'; (c) a substituição da ideologia do desenvolvimentismo, de inspiração liberal, pela hegemonia do neoliberalismo (Sung, 2018, p. 40).

Em detrimento de outras formas de capitalismo, o neoliberalismo, por meio de imposição política, transformou-se no ator principal na economia globalizada. Além disso, o neoliberalismo causou uma "[...] profunda transformação na consciência social, com a introdução de um novo mito fundamental na sociedade que significou uma revolução da sua estrutura mítica" (Sung, 2018, p. 40).

Sendo assim, pode-se dizer que o capitalismo possuía, já em formas anteriores, uma estrutura mítica, como o mito do progresso do pensamento positivista e o mito do desenvolvimento da industrialização. Porém, o neoliberalismo, com o mito do livre mercado, escancara sua natureza religiosa, a qual, de uma perspectiva cristã, deve ser criticada como meio para a idolatria ao mercado.

Antes de prosseguir, importa destacar que, no presente artigo, a teologia possui um papel essencial, pois, fazendo eco com Sung (2018, p. 37), ela é um tipo de "[...] hermenêutica da história e da condição humana", a qual revela os tons religiosos, bem como os pecados e a falsa redenção capitalista. Assim, consideramos que o diálogo entre a Economia, a Filosofia e a Teologia serve ao propósito de oferecer uma perspectiva externa à própria percepção econômica do mundo, com o fim de contribuir para os problemas de ordem ética e política, que não recebem o devido tratamento pelo neoliberalismo devido à sua aparente neutralidade mítica.

As lentes litúrgicas e as liturgias do capitalismo

Com o objetivo de dar mais um passo em direção à crítica ao capitalismo como religião, introduziremos o pensamento do filósofo canadense James K. A. Smith. O autor, conhecido pela proposta apresentada em uma trilogia de livros intitulada *Liturgias culturais*, realiza um empreendimento teológico-filosófico que culmina em uma antropologia filosófica – em que o ser humano é entendido como um *homo liturgicus* – e em uma hermenêutica da cultura pelas lentes da liturgia. Devemos, assim, sumarizar a proposta antropológica e, em seguida, a hermenêutica das liturgias culturais.

O que significa definir o ser humano como um “*homo liturgicus*”, ou “animal litúrgico”? Quais elementos antropológicos são necessários para erigir tal empreendimento filosófico? Para Smith, autor cristão de influência agostiniana, há pelo menos três modelos importantes e excludentes acerca do ser humano que dominam as visões de mundo presentes no Ocidente: a pessoa humana como “pensador”, a pessoa humana como “crente” e a pessoa humana como “ser que ama” (Smith, 2018).

No primeiro modelo, de cunho racionalista, já presente na Grécia Clássica, mas formulado detalhadamente na Filosofia Moderna por René Descartes, define-se a existência humana a partir da sua capacidade de pensar. A suma “penso, logo existo” – assim sintetizada como resultado da explicação sobre a dúvida hiperbólica na obra introdutória *Discurso sobre o método e Meditações metafísicas* – explicita a proeminência da razão no modelo. Ao postular a pessoa humana (o *cogito*) como coisa pensante (*res cogitans*), distinta do seu corpo físico (*res extensa*), o modelo mais “cognitivist”, segundo Smith, desemboca na afirmação: você é aquilo que pensa (Smith, 2017, 2018).

Smith rejeita o primeiro modelo devido à sua insuficiência ao lidar com outros aspectos antropológicos, como desejos e afetos, a percepção e a imaginação, bem como a prática³. Afinal, é de senso comum que há um hiato entre o que alguém pensa e como esse alguém age, indicando a incapacidade da razão de modificar, por si mesma, o indivíduo. Por isso, Smith coloca em debate o segundo modelo, a saber, o da pessoa humana como crente.

Diferente do primeiro, esse modelo destaca as crenças como fator preponderante do ser humano. Aqui, a fé possuiria um papel definidor na pessoa humana, pois extrapolaria a dimensão da espiritualidade e atingiria todos os âmbitos do ser, servindo como base da compreensão da realidade: “Portanto, antes de sermos pensadores, somos crentes; antes que possamos oferecer uma explicação racional do mundo, já pressupomos toda uma constelação de crenças – uma cosmovisão – que governa e direciona nossa percepção do mundo” (Smith, 2018, p. 43).

Ainda que se ofereça como uma crítica ao modelo racionalista, duas observações podem demonstrar como o modelo das crenças não é suficientemente satisfatório: (a) a relação entre crença e ideias permanece como um fator de não distinção entre os dois modelos, sobretudo quando se tenta expressar tais crenças, o que, na maioria das vezes, ocorre na forma de proposições, isto é, as crenças “[...] simplesmente ganharam o status de ideias-matrizes”, mas mantém-se parecidas com as ideias enquanto operação do pensamento (Smith, 2018, p. 44); (b) à semelhança do primeiro modelo, o segundo modelo produz uma imagem “descorporificada e individualista” do ser humano: não postula a ligação necessária das

³ Smith tem em alta conta o aspecto afetivo e imaginativo da pessoa humana. Isso fica evidente em sua crítica à tradição religiosa, evangélica de vertente reformada, que enfatizava o conceito de “visão de mundo” como meio de oferecer a explicação cristã sobre a realidade. Ele propõe, no lugar, uma antropologia do afeto e do imaginário, como alternativa menos racionalista acerca da visualização e compreensão do mundo (Smith, 2018, 2019, 2020).

crenças com a corporeidade humana e, no caso da fé cristã, a torna um “[...] sistema de crenças” vivido e acessado individualisticamente, o que dispensa qualquer exigência de mediação comunitária (como a Igreja) da religião como um todo (Smith, 2018, p. 44).

Considerando os modelos acima reducionistas, Smith propõe o modelo do ser que ama como resposta cristã aos problemas identificados por ele no campo da antropologia filosófica. O reducionismo está, principalmente, na negligência em considerar outros aspectos da humanidade que representam os modos “não cognitivos de estar no mundo”, os quais se ligam à corporalidade e à visceralidade do ser humano (Smith, 2018).

Qual seria, então, a forma de funcionamento desse ser que ama? Qual é a relação entre o amor e a liturgia? Em resumo, pode-se dizer o seguinte: mais fundamental do que as ideias e as crenças são os *desejos* e os *amores*. Estes, habitantes do modo precognitivo de estar no mundo⁴ humano, possuem gradações que vão desde os pequenos anelos até um tipo de amor “supremo”, sob o qual “[...] juramos lealdade; ou, para evocar uma linguagem que é, a um só tempo, religiosa e milenar, nosso supremo amor é aquilo que adoramos” (Smith, 2018, p. 51). Assim, os desejos e amores⁵ adquirem um papel central: são eles os responsáveis por moldar a vida humana. Em outras palavras, esse modelo supõe que o ser humano é aquilo que ama, pois é orientado pelos seus amores, sobretudo pelo objeto do seu amor supremo⁶.

Vale ressaltar que a centralidade do amor evoca a antropologia agostiniana. Segundo Smith, Agostinho via nos amores (e na ordem dos amores, a *ordo amoris*) essa força erótica que leva o amante em direção ao objeto do seu amor – “[...] o meu amor é meu peso. Para qualquer parte que vá, é ele que me leva” (Agostinho, 2015, p. 365). Por isso, os amores não podem ser considerados meros afetos estáticos no fundo da alma; pelo contrário, são afetos que movem a corporalidade, pois implicitamente indicam uma direção teleológica (um telos, uma finalidade) acerca da boa vida (Smith, 2018). Ou seja, o amor supremo e toda a gradação dos afetos formam uma imagem, e por ela são guiados, do que seria a vida em plenitude (o Shalom, uma visão última da boa vida). Nas palavras de Smith (2018, p. 53), “Nosso amor supremo é orientado pela imagem do que consideramos que seja viver bem. Essa imagem, então, governa, dá forma e motiva nossas decisões e ações”. Na ilustração do autor, o coração humano é como uma bússola, cujo Norte corresponde à ordenação dos objetos amados.

É precisamente aqui que se encontram as liturgias. Junto do horizonte teleológico dos amores, isto é, na imagem afetiva da boa vida, ações são desencadeadas como uma resposta visceral e inevitável. Afinal, os desejos e afetos são da ordem da *disposição* precognitiva, que está a serviço de alcançar certa finalidade – a imagem afetiva do telos. Entretanto, por serem direcionadas por um amor supremo, tais ações desencadeadas não são outra coisa senão liturgias: práticas ou rituais de adoração. Em resumo:

Pessoas humanas são criaturas intencionais, cuja maneira fundamental de ‘objetivar’ o mundo consiste em amar ou desejar. Esse amor ou desejo – que é inconsciente ou não cognitivo – está sempre direcionado para alguma concepção da boa vida, alguma articulação particular do reino. O que nos leva a orientarmos dessa maneira – e a agir em consonância com isso – é um conjunto de hábitos ou disposições formados em nós por meios afetivos, físicos, especialmente pelas práticas,

⁴ Smith utiliza o *estar no mundo* segundo o sentido atribuído por Heidegger, uma de suas principais referências bibliográficas.

⁵ Desejo, afeto e amor são termos que evocam, em Smith, um tipo de força propulsora até o objeto amado/desejado. O termo grego *eros* e, portanto, o amor erótico, é um bom indicativo da significação dessas palavras para o autor (Smith, 2017).

⁶ Importa notar que os desejos e amores não devem ser vistos à parte da noção de “pecado”, isto é, o ser humano é orientado pelos amores enquanto estrutura antropológica, mas os amores estão invariavelmente afetados pela alienação com Deus e podem ter qualquer coisa por objeto, como, por exemplo, o amor ao dinheiro, que pode se traduzir em ódio por outras pessoas. Portanto, na concepção do autor, o amor não é necessariamente bom.

rotinas ou rituais físicos que se apropriam do nosso coração por meio da imaginação, que se acha intimamente associada aos nossos sentidos físicos (Smith, 2018, p. 63).

Uma vez motivadas por um amor supremo, as práticas humanas são tidas como a principal perspectiva para compreender a pessoa humana, pois estão imbuídas de um significado religioso – por isso, *homo liturgicus*. Porém, importa observar que o papel das liturgias na proposta antropológica de Smith depende de duas noções fundamentais de ordem prática, a saber, a imitação e a prática constante (Smith, 2018). Por meio da imitação de exemplos de justiça, compaixão, bondade e amor e da prática mimética em repetição, adquire-se a virtude desejada. Segundo Smith, desde Aristóteles até Tomás de Aquino, entende-se a obtenção de virtudes como tarefa de melhoramento da vida humana, sendo a virtude uma segunda natureza do indivíduo, que é sedimentada pela imitação e pela prática (Smith, 2018). Portanto, pode-se dizer que o *homo liturgicus* encontra no par conceitual “imitação-prática” seu mecanismo de funcionamento prático, visto que os hábitos virtuosos são, também, liturgias motivadas pela disposição afetiva anteriormente explorada.

Contudo, a experiência humana revela uma contraposição do papel dos hábitos, uma vez que a obtenção de um hábito através da imitação pode se revelar moralmente boa ou má, isto é, pode se desdobrar em uma virtude, mas também em um vício; pode resultar em florescimento ou em deformação do indivíduo. Nessa direção, fazemos memória de René Girard, que elabora seu conceito de desejo *mimético*⁷, oferecendo-nos uma outra leitura da imitação e da prática, dessa vez entendidos como uma disposição violenta do desejo pelo mesmo objeto que outro deseja. Em outras palavras, “[...] o desejo é essencialmente *mimético*, ele imita exatamente um desejo modelo” (Girard, 1990, p. 184). Porém, para Girard, o desejo mimético mostra-se conflituoso em sua própria estrutura, pois surge da rivalidade (ainda que inconsciente) entre indivíduos, os quais têm o rival como seu modelo, desejando imitá-lo a fim de possuir o que o outro possui: o sujeito deseja o objeto porque o próprio rival o deseja. Sendo assim, o rival é o modelo do sujeito (Girard, 1990)⁸. Portanto, o desejo *mimético* pode ser uma outra chave interpretativa para entender o funcionamento do desejo, da estrutura mimética e da formação de hábitos – nos quais Smith identifica as virtudes, bem como as práticas litúrgicas –, contudo, contrário a Smith, voltados para o aspecto conflituoso da vida humana.

Retornando a Smith, podemos afirmar que sua proposta trata também de uma hermenêutica litúrgica da cultura, derivada da antropologia do animal litúrgico. Ou seja, todo o mundo cultural, incluindo produções artísticas, instituições, tradições, religiões e relações humanas estariam envoltas de práticas de adoração, as quais retroalimentam os amores supremos a que foram direcionadas, em um processo contínuo de formação – ou (de)formação, sob o critério da moral cristã – de indivíduos.

Nesse sentido, não só o capitalismo, mas toda a cultura participa de uma estrutura religiosa. O ser humano, entendido como *homo liturgicus*, torna sagrado qualquer elemento presente na cultura. Entretanto, decorrente do lugar de destaque e da plausibilidade⁹ do capitalismo nas sociedades atuais,

⁷ Agradeço ao Prof. Dr. Jung Mo Sung que, ao ler o presente artigo, fez uma pertinente observação sobre o funcionamento das liturgias, lembrando-me particularmente de René Girard e de seu conceito de “desejo mimético”, sendo prontamente incluídos no texto.

⁸ Adicionalmente, Girard considera que o desejo mimético é mascarado pelo orgulho, sobretudo do adulto, de não querer aparentar sua falta, projetada na rivalidade com o outro: “o mimetismo do desejo infantil é universalmente reconhecido. O desejo adulto não tem nada de diferente, a não ser talvez pelo fato de que o adulto, especialmente em nosso contexto cultural, tem muitas vezes vergonha de se modelar a partir de outrem; ele tem medo de revelar sua falta de ser. Declara-se altivamente satisfeito com ele mesmo; apresenta-se como modelo aos outros. Todos dizem: Imitem-me, a fim de dissimular sua própria imitação” (Girard, 1990, p. 184).

⁹ Estamos fazendo referência ao conceito de Peter Berger de plausibilidade, que relaciona um determinado *nomos* com uma estrutura social de credibilidade, que mantém esse *nomos* presente na consciência socializada dos indivíduos. Uma vez que não há mais estrutura de plausibilidade, um *nomos* não é mais internalizado no processo de socialização (Berger, 1985). O capitalismo, em nosso caso, não só se mantém com uma estrutura de plausibilidade, como também foi sacralizado socialmente – aspecto igualmente abordado pela Sociologia do Conhecimento, na obra O Dossel Sagrado, de Berger de 1985.

é preciso reafirmar sua onipresença no que tange à cultura e, pelas lentes da liturgia, à formação da identidade humana. Isto é, dentre as liturgias seculares e deformadoras da cultura, o capitalismo exerce um papel sem precedência desde o advento da Modernidade e do enfraquecimento das grandes religiões.

Lentes litúrgicas para o capitalismo como religião: uma aproximação

Por si só, o modelo antropológico e a hermenêutica da cultura de Smith já seriam capazes de nos fornecer um ferramental para analisar as liturgias em que o capitalismo impera (em sua forma neoliberal, especialmente), dando-nos a margem necessária para que pudéssemos ver a formação de indivíduos dentro da estrutura religiosa do capitalismo. Todavia, Smith realiza sua própria crítica, por via da afirmação de que o capitalismo resulta na “(de)formação” causada pelas liturgias do consumo. Como ilustração, o autor utiliza-se do *shopping*¹⁰ e justifica dizendo que, “[...] nas liturgias do *shopping* existe a compreensão implícita do que significa ser realmente humano” (Smith, 2018, p. 96). A questão que precisa ser respondida, portanto, é qual visão do ser humano é instilada nas liturgias do *shopping* e de que modo elas acontecem. À medida que a expomos, será possível aproximar alguns aspectos mais e menos evidentes em relação à crítica do capitalismo como religião vinda da TLLA.

Dentre os elementos das liturgias do shopping (ou, simplesmente, do consumo) destacados pelo autor, o primeiro está relacionado à noção de um estado de ruína análogo ao pecado (Smith, 2018). Embora o capitalismo de consumo seja veiculado pelo uso de pessoas com aparência agradável e supostamente realizadas enquanto indivíduos, em seu cerne está sua noção equivalente ao pecado: a mensagem implícita de que há uma disparidade entre os ícones visuais do capitalismo e os seus espectadores, com os quais há algo de errado. Indica-se, assim, uma necessidade (artificial ou real), cujo único meio de resolução é o consumo. Como afirma Smith (2018, p. 99), “[...] geralmente as liturgias do shopping instilam em nós um sentimento de que há algo de errado conosco, que há algo partido, expondo diante de nós os ideais que não conseguimos alcançar”.

Portanto, para que o desejo pelo consumo seja viabilizado – e, com o desejo, as práticas litúrgicas –, deve haver, primeiro, uma intuição acerca da fragilidade e das necessidades humanas, as quais são comunicadas através de propagandas, *outdoors*, filmes, séries e redes sociais:

Nesse sentido, pode-se dizer que o marketing é a evangelização do *shopping*; os comerciais de televisão, os *pop-ups* da *internet* e os anúncios das revistas são os meios de divulgação. Os rituais e as práticas do *shopping* e do mercado são táteis e viscerais – eles capturam nossa imaginação por meio dos sentidos da visão, da audição, do paladar, do tato e até do olfato (Smith, 2018, p. 97).

Todo o aparato comunicacional torna-se meio para formar imagens afetivas da boa vida e, assim, provocar práticas de consumo – como verdadeiros cultos capitalistas. Dessa maneira, as liturgias do mercado e do *shopping* iniciam-se no anúncio do estado de ruína humano, ou seja, tendo a necessidade latente como situação análoga ao “pecado”.

Neste ponto, poderíamos nos perguntar se Benjamin, ao afirmar o caráter ininterrupto do culto capitalista (como expomos anteriormente), também não estaria indicando, por questões de lógica, que o capitalismo instila a necessidade do consumo como um “estado de ruína” contínuo em seus adoradores, a

¹⁰ Como ele mesmo explica, Smith usa o termo *shopping* para indicar as práticas e instituições ligadas ao consumo, nas quais as liturgias do consumismo ocorrem, e não só o local do centro comercial especificamente (Smith, 2018).

fim de que permaneçam desempenhando o culto. Podemos igualmente realizar um paralelo com a TLLA. Ludwig von Mises, uma importante figura para o neoliberalismo, propõe, segundo Sung, que a ambição da riqueza será sempre maior do que a pequena fração já conquistada por alguém. Assim, a culpa pelo fracasso de não se tornar mais rico não pode ser depositada sobre o capitalismo, mas deve ser entendida a partir da falta de esforço individual (Sung, 2018). O que se tem como resultado da soma desses fatores é complementado pela intuição de Smith: as liturgias do capitalismo e sua estrutura religiosa inserem uma imagem afetiva da pessoa humana como um ser necessitado do consumo; consumo este sempre insuficiente, culpabilizante e que não oferece possibilidade de expiação da culpa – exceto pelo retorno ao consumo como falsa promessa de realização.

No entanto, além do anúncio do “pecado”, Smith aponta que as liturgias do consumo formam: (a) um modelo de relação intersubjetiva que gera competição – não comunhão – à medida que estimula a comparação entre indivíduos, tendo como base a imagem de ser humano oferecida pelo *shopping*; (b) uma quase redenção através do consumo, a qual nunca é alcançada devido à recorrência da necessidade de consumir; e (c) uma mística da mercadoria, que oculta os processos de produção (e sua óbvia insustentabilidade), a exploração da sua mão de obra e o estilo de vida egoísta que resulta do consumismo – mística esta que não permite *perguntas* que desmoronem o mistério, apenas o *estímulo* para o consumo (Smith, 2018).

À vista disso, outros paralelos são possíveis. Quanto à relação intersubjetiva proposta pelas liturgias do consumo, podemos destacar um paralelo, novamente com Sung: na lógica da estrutura mítica do capitalismo, o senso de comunidade e cooperação é substituído pelo individualismo, pois, propondo que a vida humana tem como propósito a acumulação econômica, as relações intersubjetivas passam a ter um caráter competitivo (Sung, 2018).

Ademais, o desempenho exigido pelo consumidor-adorador que encarna a finalidade da acumulação como horizonte teleológico da humanidade pode ser reconhecido como um movimento de “sacrifício” em pelo menos dois sentidos. O primeiro se liga à “quase redenção” denunciada por Smith: é um sacrifício próprio, que custa a vida do indivíduo a fim de manter a recorrência do consumismo como forma de alcançar a sua redenção. O segundo, ainda mais grave, é um sacrifício social que se liga à crítica de Sung: é o oferecimento de vidas humanas, em especial, pobres, ao excluí-las da sociedade e não subsidiar o básico para sua sobrevivência, em nome do acúmulo de poucos – sacrifício este que gera milhões de mortes reais (Sung, 2018). Esse segundo sentido, inclusive, é o fator mais radical da crítica do capitalismo como religião vindo da Teologia da Libertação, como atestam Coelho e Sung (2019, p. 670):

A crítica fundamental e radical, portanto, não é afirmar que o ‘Capitalismo é Religião’ (esta afirmação é radical apenas no âmbito de uma epistemologia moderna que distingue radicalmente as esferas da vida e os limites da razão humana), mas a sua denúncia como uma ‘religião do fetiche’ (HINKELAMMERT, 1983), isto é, uma religião de aspecto sacrificial. Esta racionalização sacrificial, ou a “religião idolátrica”, permite que o mal (exclusão e morte) seja compreendido de forma positiva, necessária, gerando boa consciência a quem o produz ou aceita coniventemente.

O paralelo final diz respeito à “mística da mercadoria”, cuja característica central, nas liturgias do consumo, é a ocultação dos problemas derivados dos processos de produção, bem como do estilo de vida consumista. Na TLLA, a categoria do fetiche é utilizada precisamente como um modo de denunciar a mesma invisibilidade da idolatria do mercado e seus danos sociais, a qual, devido à sua fetichização, é naturalizada. Nas palavras de Sung (2008, p. 206), “[...] na sociedade moderna o ídolo invisível tem a função de sacralizar e operacionalizar uma ordem dinâmica portadora de uma utopia transcendental imanentizada”. Em complemento, podemos citar Assman e Hinkelammert (1989), os quais consideram

que o diferencial do capitalismo como religião reside na manutenção da sua invisibilidade e, ao mesmo tempo, na força dos seus atos devocionais:

[...] a coisa mais fantástica na 'religião econômica' é que ela opera com todas essas profundas experiências devocionais sem precisar apresentar-se como religião. Aliás, ela funciona muito melhor quando a gente nem se dá conta de que está realizando atos devocionais e tendo experiências de caráter religioso. O deus dessa 'religião econômica' detesta aparecer, é de uma infinita modéstia, apesar de estar ativo, tão poderosa e providencialmente, em tudo o que se refere à economia (Assman; Hinkelammert, 1989, p. 177).

Dessa forma, devemos observar que os aspectos centrais da crítica vinda da Teologia da Libertação, junto daqueles vindos da filosofia e da teologia de Smith, possibilitam-nos expandir a noção do capitalismo como religião, a fim de contribuir com novas alternativas no que tange à resolução dos flagrantes danos do capitalismo no mundo contemporâneo.

Conclusão

Evidentemente, o objetivo deste artigo não foi propor a fusão da Teologia da Libertação, sobretudo de Sung, com a filosofia e a teologia (de corte evangélico) de Smith. Na verdade, pode-se dizer que suas diferenças intelectuais chegam a ser irreconciliáveis, se levarmos em conta os pressupostos e referenciais que constituem sua interpretação do mundo e da vida social. Por um lado, a TLLA utiliza-se da leitura do materialismo histórico-dialético, de cunho marxista, como auxílio para a compreensão da sociedade. Por outro, Smith utiliza-se da antropologia do animal litúrgico para compreender a formação cultural e as relações sociais ao longo da história do cristianismo. Além disso, a TLLA preocupa-se, em última instância, em elaborar soluções teóricas e práticas que vão ao encontro da sua opção pelo pobre, constituindo, assim, sua prioridade e a razão base da teologia e da Igreja. Embora a pobreza e a vida digna sejam pontos importantes para Smith, seu compromisso se aproxima mais dos esforços evangélicos, isto é, valoriza-se a formação (litúrgica), com um telos direcionado a um reino transcendental de Deus, o qual, devido à sua antropologia, está necessariamente ligado à vida prática do discipulado cristão.

Concluimos dizendo que, acima das diferenças, a aproximação pode ser benéfica para o diálogo entre a tradição cristã da libertação e a tradição intelectual evangélica, além de servir como material para ampliar os quadros conceituais para a análise de fenômenos contemporâneos que levem em conta a dimensão religiosa do capitalismo. Consideramos, dessa maneira, que a crítica da TLLA ao capitalismo como religião pode ser enriquecida com a perspectiva do funcionamento litúrgico da cultura, assim como o inverso é igualmente verdadeiro, tendo como objetivo final o compromisso cristão para com a vida humana.

Referências

- Agostinho, S. *Confissões*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- Assman, H.; Hinkelammert, F. *A idolatria do mercado: ensaio sobre economia e teologia*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- Benjamin, W. *O capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- Berger, P. L. *O Dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 1985.
- Coelho, A. S.; Sung, J. M. Capitalismo como religião: uma revisão teórica da relação entre religião e economia na modernidade. *Revista Horizonte*, v. 17, n. 53, p. 651-675, 2019. Doi: <https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2019v17n53p651>

- Girard, R. *A violência e o sagrado*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1990.
- Smith, J. K. A. *Desejando o reino: culto, cosmovisão e formação cultural*. São Paulo: Vida Nova, 2018.
- Smith, J. K. A. *Imaginando o reino: a dinâmica do culto*. São Paulo: Vida Nova, 2019.
- Smith, J. K. A. *Você é aquilo que ama: o poder espiritual do hábito*. São Paulo: Vida Nova, 2017.
- Sung, J. M. *Idolatria do dinheiro e direitos humanos: uma crítica teológica do novo mito do capitalismo*. São Paulo: Paulus, 2018.
- Sung, J. M. Parte 2. In: Gebara, I.; Sung, J. M. *Direitos humanos e amor ao próximo: textos teológicos em diálogo com a vida real*. São Paulo: Recriar, 2020.
- Sung, J. M. *Teologia e economia: repensando a teologia da libertação e as utopias*. São Paulo: Fonte Editorial, 2008.

Como citar este artigo/*How to cite this article*

Novais, T. M. Capitalismo, religião e as liturgias do consumo. *Reflexão*, v. 47, e226719, 2022. <https://doi.org/10.24220/2447-6803v47e2022a6719>